



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Willian Douglas Guilherme

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-392-7

DOI 10.22533/at.ed.927202109

1. História – Pesquisa. 2. Historiografia. 3. História - Metodologia. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História”, estão reunidos vinte e sete artigos que dialogam entre questões atualizadas e relevantes da pesquisa em história. São quatro grupos divididos por subtemas.

O primeiro grupo, do subtema “História, Educação e Metodologia”, são seis artigos que apresentam resultados em torno das instituições educacionais e debates educacionais no período imperial brasileiro, o papel da pesquisa (auto)biográfica, uma pesquisa que retrata particularidades do Exército brasileiro e propostas entre história e sala de aula.

O grupo dois, “Trabalho, Luta e Identidade”, são seis artigos, dentre eles, uma pesquisa que destaca o discurso do imperador japonês aos seus súditos justificando a rendição japonesa na segunda guerra mundial. Outros artigos destacam a luta operária e a construção de identidades numa interessante intriga historiográfica convidativa ao debate.

O grupo seguinte, “Cinema, Literatura e Arte”, são cinco artigos que trazem pesquisas atuais que entrelaçam história, cinema, arte e literatura. Este conjunto de pesquisas apontam para a pluralidade de possibilidades da pesquisa em história, vale a pena conferir.

Fecham o e-book, cinco artigos que dialogam sobre “Cidades e Particularidades”, trazendo informações das cidades de: Gramado/RS e a origem do turismo; Paraty/RJ de 1965 a 1920; o calçadão da Gameleira na cidade de Rio Branco/AC e; o cargo do Santo Ofício na Bahia.

Navegando pelo índice, com certeza, não menos que um, se não todos os subtemas lhe chamarão a atenção.

Aceite o prazer desta leitura!

Willian Douglas Guilherme
Organizador

SUMÁRIO

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E METODOLOGIA

CAPÍTULO 1..... 1

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: UM DEBATE SOBRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DA CORTE IMPERIAL BRASILEIRA

Diego Dias Salgado

DOI 10.22533/at.ed.9272021091

CAPÍTULO 2..... 18

O REPOSICIONAMENTO POLÍTICO DO BARÃO DE ABIAHY NOS DEBATES EDUCACIONAIS DO FIM DO IMPÉRIO

Suênya do Nascimento Costa

DOI 10.22533/at.ed.9272021092

CAPÍTULO 3..... 28

UM OLHAR SOBRE A PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Patrícia Simone de Araujo

Sônia Maria de Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.9272021093

CAPÍTULO 4..... 39

A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ivan de Freitas Vasconcelos Junior

DOI 10.22533/at.ed.9272021094

CAPÍTULO 5..... 46

INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A HISTÓRIA DO CONHECIMENTO SISTEMATIZADO

Paulo Augusto Tamanini

Gislânia Dias Soares

Ocimara Fernandes Negreiros Oliveira

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Vanusa Maria Noronha Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.9272021095

CAPÍTULO 6..... 58

O PENSAMENTO HISTÓRICO: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE AULA

Fabricio Adriano

DOI 10.22533/at.ed.9272021096

TRABALHO, LUTA E IDENTIDADE

CAPÍTULO 7..... 70

A HONRA MESMO NA TERRA-ARRASADA: O ORGULHO JAPONÊS OBSERVADO NO ÉDITO IMPERIAL AO POVO DO JAPÃO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1945)

Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira Francez

DOI 10.22533/at.ed.9272021097

CAPÍTULO 8..... 77

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL DE MACEIÓ (1887-1893)

Marcondes dos Santos Lima

DOI 10.22533/at.ed.9272021098

CAPÍTULO 9..... 87

DIREITOS TERRITORIAIS: AS LUTAS E AS “BATALHAS” EM BUSCA DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Elisandra Cantanhede Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.9272021099

CAPÍTULO 10..... 97

JACY, A OPERÁRIA: DEFENDENDO DIREITOS TRABALHISTAS. IMBITUVA/PR, 1966

Raiele Kollaritsch

Vania Vaz

DOI 10.22533/at.ed.92720210910

CAPÍTULO 11..... 109

PROCESSO SOCIO-HISTÓRICO E O CONCEITO DE MODO DE PRODUÇÃO

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

DOI 10.22533/at.ed.92720210911

CAPÍTULO 12..... 121

HERÓIS OU BANDIDOS? AS REPRESENTAÇÕES DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO (2007-2010)

Michelle Airam da Costa Chaves

DOI 10.22533/at.ed.92720210912

CAPÍTULO 13..... 133

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INTOLERÂNCIA AO CIGANO: DO MITO DO SURGIMENTO DOS CIGANOS AOS MATERIAIS DIVULGADOS EM SALA DE AULA

Marcio Edovilson Arcas

Ademilson Batista Paes

DOI 10.22533/at.ed.92720210913

CAPÍTULO 14..... 146

O SERTÃO ENTRE O ANTIGO E O MODERNO? APONTAMENTOS DO TEMPO COMO REPRESENTAÇÃO COLETIVA E OS USOS DA SINCRONIA PARA A COMPLEXIFICAÇÃO DE SEU ENTENDIMENTO

Matheus de Araujo Martins Rosa

DOI 10.22533/at.ed.92720210914

CAPÍTULO 15..... 156

CONTEXTO PROFISSIONAL DO BAILARINO: ASPECTOS HISTÓRICOS

Ana Lígia Trindade

Patrícia Kayser Vargas Mangan

DOI 10.22533/at.ed.92720210915

CAPÍTULO 16..... 166

DAS DANÇAS SACRAS E PROFANAS NO BRASIL COLONIAL: TRANSFORMAÇÕES, IDENTIDADES E APROPRIAÇÃO

Jéssica Viana Marques

João Balduino de Brito Neto

Mikaela Dantas Tavares

DOI 10.22533/at.ed.92720210916

CAPÍTULO 17..... 173

RESGATANDO VOZES E REMEMORANDO HISTÓRIAS: O LUGAR DE FALA ZAPATISTA NAS DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA

Rodrigo de Moraes Guerra

DOI 10.22533/at.ed.92720210917

CINEMA, LITERATURA E ARTE

CAPÍTULO 18..... 183

A LITERATURA APOCALÍPTICA JUDAICA COMO EXPRESSÃO DE INTERCULTURALIDADE NO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO

Harley Pereira Silva

DOI 10.22533/at.ed.92720210918

CAPÍTULO 19..... 192

OPERACIÓN MASACRE (1972) E O CINEMA DE INTERVENÇÃO POLÍTICA NA ARGENTINA

Mirela Bansi Machado

DOI 10.22533/at.ed.92720210919

CAPÍTULO 20..... 201

DISCURSOS LITERÁRIOS E CINEMATOGRAFICOS SOBRE O FEMININO: IDENTIDADE, FEMINISMO E REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO FILME “AS HORAS” (2002)

Natália Gomes da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92720210920

CAPÍTULO 21.....217

O FENÔMENO MIGRATÓRIO NAS OBRAS: O QUINZE, VIDAS SECAS E MORTE E VIDA SEVERINA

Aline Vieira Fernandes

Mayara Benevenuto Duarte

DOI 10.22533/at.ed.92720210921

CAPÍTULO 22.....229

“UMA SENHORA BRASILEIRA EM SEU LAR”: REPRESENTAÇÕES DE LEITORAS PELOS PINCÉIS DE DEBRET

Sílvia Rachi

DOI 10.22533/at.ed.92720210922

CIDADES E PARTICULARIDADES

CAPÍTULO 23.....242

“UMA VERDADEIRA SUIÇA BRASILEIRA”: ORIGENS DO TURISMO EM GRAMADO (RIO GRANDE DO SUL, SÉCULOS XIX-XX)

Eduardo da Silva Weber

Daniel Luciano Gevehr

DOI 10.22533/at.ed.92720210923

CAPÍTULO 24.....255

PROCESSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS DE ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY, BRASIL, 1965-2020

Rodrigo Zambrotti Pinaud

DOI 10.22533/at.ed.92720210924

CAPÍTULO 25.....267

O CALÇADÃO DA GAMELEIRA EM RIO BRANCO, ACRE: UMA LEITURA CRÍTICA À LUZ DOS CONCEITOS DE CESARE BRANDI

Pedro Augusto Queiroz de Souza

DOI 10.22533/at.ed.92720210925

CAPÍTULO 26.....279

ITABAIANA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CARÊNCIA DE CONSCIENTIZAÇÃO PATRIMONIAL COMO AMEAÇA À MEMÓRIA EDIFICADA

Nycole de Araújo Régis

Charles Andrade Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92720210926

CAPÍTULO 27.....284

O CARGO DE FAMILIAR DO SANTO OFÍCIO E AS HABILITAÇÕES INCOMPLETAS PARA BAHIA

Cleílton Chaga Bernardes

DOI 10.22533/at.ed.92720210927

SOBRE O ORGANIZADOR.....	294
ÍNDICE REMISSIVO.....	295

CAPÍTULO 9

DIREITOS TERRITORIAIS: AS LUTAS E AS “BATALHAS” EM BUSCA DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Data de aceite: 01/09/2020

Data da submissão: 03/06/2020

Elisandra Cantanhede Ribeiro

Instituto de Ensino Superior Franciscano
São Luís - MA

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/
PKG_MENU.menu?f_cod=03A1
81812316B0A4EAFD6D70EC83499F#](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=03A181812316B0A4EAFD6D70EC83499F#)

RESUMO: O presente texto parte do debate na Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, pela Universidade Federal do Maranhão, desenvolvido na disciplina “Quilombos Maranhense” a cerca da temática direitos territoriais, para compreender os processos de regulamentação das terras intituladas de quilombos ou terras de pretos, desenvolvido do contexto de lutas e reivindicações em torno da terra, trazendo elementos dos avanços e retrocessos vividos pelos quilombolas em diferentes territórios. O debate girava também em torno de compreensão dos fatores e processos de regulamentação de terras, dentro da legalidade das questões jurídicas. Para tanto procuramos buscar autores que possam nortear tal pesquisa e colaborar com o debate a cerca de temática e também buscamos elencar os arcabouços jurídicos que foram implementados para essa regulamentação (ou Não regulamentação). Utilizaremos autores (as) como: O'DWYER (2008); MUNANGA (2003); DUTRA (2011); ROCHA, (2010); LEITE (2000).

É imprescindível reescrever a página que foi arrancada da história junto com o próprio negro, história esta que não termina com a abolição. Vemos no cotidiano discurso como: “Aqui não vivem mais escravizados e, portanto não existem mais negros”, quando os mesmos foram deixados à própria sorte e hoje tem que lutar por um lugar não só na história, mas no território.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios; Quilombos; Direitos; Disputas.

TERRITORIAL RIGHTS: FIGHTS AND “BATTLES” IN SEARCH OF RECOGNITION OF RIGHTS

ABSTRACT: The present text starts from the debate in the Degree in African and Afro-Brazilian Studies, by the Federal University of Maranhão, developed in the discipline “Quilombos Maranhense” about the territorial rights theme, to understand the processes of regulation of the lands called quilombos or lands of blacks, developed from the context of struggles and claims around the earth, bringing elements of the advances and setbacks experienced by quilombolas in different territories. The debate also revolved around understanding the factors and processes of land regulation, within the legality of legal issues. Therefore, we seek authors who can guide such research and collaborate with the debate on the theme and also seek to list the legal frameworks that were implemented for this regulation (or non-regulation). We will use authors such as: O'DWYER (2008); Munanga (2003); DUTRA (2011); ROCK (2010); MILK (2000). It is essential to rewrite the page that was torn from history along with the black himself, which ends

with the abolition. It is as if they said “Here no longer live slaves and therefore there are no more blacks” were played their own luck and today has to fight for a place not only in history, but in the territory.

KEYWORDS: Territories; Quilombos; Rights; Disputes.

1 | INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são grupos étnicos formados majoritariamente por negros da área urbana ou rural que foram definidos a partir de 1988 como “remanescentes de Quilombos,” a partir de suas relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade e tradições culturais. Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Segundo informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento (2014), estima-se que há cinco mil comunidades quilombolas em todo território brasileiro.

A formação dos grupos de escravizados fugitivos se deu em toda a parte do novo mundo onde houve escravidão. No Brasil esses aglomerados receberam o nome de Quilombos ou mocambos como define Reis (2012), dentre eles se encontram o quilombo dos Palmares que foi o principal símbolo de resistência do povo negro, indígena e de alguns brancos (soldados desertores, perseguidos pela justiça, vendedores, etc.). O conceito de quilombo foi se alterando a partir dos contextos que foram se alterando com o passar do tempo. Para Moura essa definição de quilombo só teria relevância desde, de que esse agrupamento fosse de grupos fugidos como cita:

O certo é que, onde quer que a escravidão tivesse se instalado, os quilombos eram constante. Elemento de fricção e desgaste permanente, os quilombos contribuíram, por isso, ao minarem e deteriorarem as relações entre senhores e escravos, para mudança social. (MOURA, 1993).

Os quilombos na década de 1870 era definido pelo Conselho ultramarino como “todo núcleo que se reunisse com cinco ou mais escravizados fugidos mesmo sem ter algum tipo de edificação”. Já para Clóvis Moura (1981) a definição de quilombo é visto com o véis mais político, essas comunidades de ex-escravos constituíam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. No recesso das matas, fugindo do cativo, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos – capitão do mato.

O sociólogo Kabengele Munanga, concorda com a origem africana e afirma que o quilombo brasileiro “é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”.

Como todo grupo, o território tem diversos significados, construído a partir de diversas reproduções dos atores sociais no espaço, seja no âmbito físico, jurídico ou social. E o caminho adotado, para abordar as diversas posições dos atores sociais no espaço, é a análise das identidades, em vista de que, a partir das identidades, podem-se perceber as fronteiras que definem os territórios. Trata-se de territórios construídos e desconstruídos conforme os posicionamentos sociais, tanto dos atores sociais coletivos (estabelecimentos) ou individuais (pessoas). Já a partir do século XX essa definição se alterou com os novos modelos de atores sociais, com a abolição esse símbolo de resistência passa a fazer parte da vida dos ex-escravizados e também passa a ser o lugar para onde muitos migram e constituem suas famílias como forma de moradias mais atuais. Estas terras passam a ser morada permanente da população negra e a partir daí ela começa a requerer uma demanda antes não exigida, que são a regulamentação da terra, onde exige que os quilombos passam a serem reconhecidos legalmente como terra de pretos ou território negro.

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, os negros, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem com o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. A organização dos quilombos não foram manifestações aleatórias como explica Moura, (1993), Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro de sistema nacional, e permanentemente que apesar de todos os entraves luta por essa permanência.

2 | UMA QUESTÃO DE (RE) CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE URSUPADA

Os territórios sociais de resistência foram construídos pelos africanos escravizados no Brasil desde o período da colonização. Neles, os escravizados buscavam o fortalecimento de sua identidade, que foi perdida dentro dos porões em travessia transatlântica. Utilizavam-se de atitudes de resistência perante os padrões estabelecidos pela sociedade escravocrata. Portanto, neste cenário histórico e social, os territórios de resistência, identificados como quilombos, que durante esse período passou a ser lugar de esperança para muitos fugitivos, pois os mesmos viam nessa fuga uma maneira de mudar a vida na qual levava durante muito tempo como prisioneiros e viviam de maneira sub-humana, tendo que trabalhar e ainda eram açoitados.

Os territórios sociais fundamentados em relações de parentesco e no acesso a terras livres beneficiam a concretização de uma identidade autônoma, quilombola. Nesse sentido, o modo de vida nas comunidades quilombolas se constituem em torno de relações sociais definidos por critérios de parentesco, afinidade e vizinhança, que baseiam no princípio de solidariedade e reciprocidade, trocando produtos e serviços, tanto de objetos para pesca

e também trocando produtos de gêneros alimentícios, que são produzidos na própria comunidade. Como é o caso da agricultura muita das vezes familiar, que serve para suprir as necessidades sejam elas das famílias ou mesmo da própria comunidade. Enfatizam a sua condição de coletividade camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade e compreendem as diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, onde não apenas os africanos e afro-brasileiros estão envolvidos.

A Territorialidade e identidade etno-cultural são, portanto os elementos essenciais para a compreensão das sociedades de origem quilombolas. O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para a condição contemporânea para dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada. Como nos elenca Eliane O'DWYER (2008),

A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo de organizacional que confere pertencimento mediante normas e meios empregados para indicar aflição ou exclusão. (BARTH , 1969), apud O'DWYER(2008).

A construção da identidade quilombola ultrapassa as barreiras do pensamento historicamente negado, enquanto patrimônio positivo do estado. Necessitando de reconhecimento da apresentação afirmativa dos quilombolas com suas formas características de existir. Para o sociólogo Kabenguele Munanga os efeitos do não reconhecimento podem causar não só uma ferida nociva, mas uma lacuna irreparável que é perceptível em todos.

[...] a falta de reconhecimento não revela o esquecimento o respeito normalmente devido. Ela pode infligir uma ferida cruel ao oprimir suas vítimas de um ódio de si paralisante o reconhecimento não é simplesmente uma cortesia que se faz às pessoas: é uma necessidade vital (MUNANGA, 2003, p.45).

A trajetória histórica de resistência, eclodida no passado, é evocada para estabelecer resistência hoje, praticamente como exigência de uma continuação desse mesmo processo. A identidade de negro é posta como uma relação de diferença sendo baseada na inferioridade da diferença de classes. A luta torna-se constante para a preservação dessa uma identidade quilombola. Nos espaços quilombolas a um aprendizado de valores que pode- se considerar como essências para a formação da criança aos adultos, sejam enquanto as normas de convivência comunitária, as festas realizadas dentro dos quilombos,

a valorização de sua cultura e todos os seus rituais. Como assinala Moura, (2006),

Compreender a contribuição das festas dos quilombos contemporâneos como fator formador e re-criador de identidade, assinalando-as como veículo de transmissão de valores que possibilitam a afirmação e a expressão da alteridade é uma forma de perceber como se dá a negociação dos termos de inserção das comunidades rurais negras na sociedade inclusiva.

As crianças aprendem porque participam de todas as atividades, dos cânticos, na arrumação do ambiente, na seleção das roupas, na preparação do altar, isto é, desde a preparação da festa até o momento da finalização. Todo o processo é participativo e as crianças e os jovens querem tomar parte dos rituais porque eles fazem parte de sua vivência e reafirmam a noção de pertencimento àquela comunidade. Esse veículo de treinamento informal destila um saber que vais sendo transmitido e assimilado pouco a pouco, ao mesmo tempo em que se proporciona oportunidade de reflexão sobre a necessidade de mudança. (MOURA, 2006, p. 261).

3 I TERRA QUILOMBOLA E SUA LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO

A principal lei estabelecida no Brasil em relação à terra foi a Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, extingue os africanos e seus descendentes da camada de brasileiros, situando-os numa outra categoria apartada, nomeada libertos. Desde então, abrangidos por todos os tipos de racismos, preconceitos e violência que a cor da pele apregoa – e aponta –, os negros foram sistematicamente expulsos ou deslocados dos lugares que optaram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Emana daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra.

No Maranhão com a Lei 2979/1969, o setor agrário maranhense ganha novo contexto, ao implementar um modelo muito semelhante a lei de terras de 1850, que impôs a compra e venda de terras como única via de propriedades rural. Com essa lei todas as “mazelas” sociais foram impostas para os camponeses maranhenses. Os camponeses passaram a viver à sombra da invasão de suas terras, das grilagens e da violência. Os trabalhadores rurais foram obrigados a trabalharem os grandes empreendimentos agropecuários que se instauraram em suas próprias terras, foi uma alternativa encontrada para superar as imposições jurídicas de acesso à terra. Os grandes empreendedores se utilizaram desse momento de fragilidade para explorar de todas as formas os trabalhadores.

A história agrária maranhense é uma herança predatória do colonialismo que deve ser pensada pelo viés do capitalismo, do acúmulo de poder dos grandes latifundiários, que buscam mais a cada dia. A grilagem a cerca das terras maranhense se acirraram após a Lei 6383/1976, lei das Ações Discriminatórias, que promoveu um intenso êxodo rural das famílias que não conseguiam se manter em suas próprias terras. Segundo Pedrosa,

Esta situação mudou bruscamente com o advento da chamada “Lei Sarney de Terras” (Lei n.º 2.979, de 17 de julho de 1969), que anunciou um ambicioso projeto para explorar e desenvolver a Amazônia. Como parte desse projeto, havia a necessidade de implantação de infraestrutura, especialmente a construção da rede rodoviária. A partir da Transamazônica, portanto, foram construídas várias outras rodovias decorrentes da implantação desse projeto, com sérias repercussões no aspecto da ocupação fundiária da chamada fronteira agrícola do Estado.

Segundo os dados do site da unidade de conservação na Amazônia brasileira (2018): Atualmente é reconhecida a existência de comunidades quilombolas em 24 estados brasileiros, entretanto, a atualização deste repertório legal realizado em outubro de 2008 indica apenas que apenas 18 deles possuem algum instrumento legal que versa sobre essas comunidades ou suas terras. Esses documentos variam entre Constituições, Leis e Instruções Normativas, dentre outros, com diferentes pesos legais e grau de implementações.

Grandes partes das comunidades quilombolas não estão legalizadas, e/ou não possuem o registro de suas terras. Muitas destas terras estão suscetíveis a grileiros que invadem e se apropriam das terras e por consequência entram em conflito com as famílias que vivem naquela localidade, onde se apropriam do espaço. As familiares que ali residem são “arrancadas” do seu local de origem e muita das vezes colocadas em locais distante, outro exemplo que podemos citar é o caso de alguns quilombos de Alcântara, que sofreram remanejamento para lugares distante, através das negociações entre o centro de lançamento de Alcântara e a Agência Espacial. Em 1987, é implantada a Agrovila Peru, no município de Alcântara, para abrigar os remanescentes de quilombos de dez comunidades, fenômeno que provoca mudanças nas estruturas física e material, alterando as condições objetivas de vida desses atores sociais. Não foram levados em consideração os agentes envolvidos daquela localidade, sua cultura e até mesmo seu meio de sobrevivência e sua auto sustentação, onde as quebradeiras de coco, pescadores e os produtores de lavouras são constantemente impedidos de utilizarem seus próprios espaços. A Base Espacial se traduz na imagem da violação de direitos humanos, territoriais das comunidades quilombolas de Alcântara e no desrespeito a Constituição Federal de 1988.

Segundo O’Dwyer essa disputa trouxe algumas consequências que levaram a interferência do estado na hora da tomada de decisão de quem é de fato e de direito dono do território:

A disputa em torno da posse da terra e o desenvolvimento de grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros ou pura e simples grilagem com fins de especulação imobiliária acabaram por tornar necessário os “relatórios de identificação” como prática administrativa de órgãos governamentais para conferir direitos, (O’DWYER, 2008).

Calcula-se que existam hoje, 2.600 comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil

já certificado pela Fundação Palmares e mais 250 processos em análise técnica aguardando a complementação de documentação ou vista técnica de certificação (FUNDAÇÃO PALMARES) todas lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagradas pela Constituição Federal desde 1988. Essas comunidades recebem proteção especial da Constituição Federal: Arts. N° 68 e 216, além da legislação federal através do Decreto Lei n° 4.887 de 20 de novembro de 2003. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal diz: “Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” resistência ao modelo escravista da sociedade brasileira.

O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 vem elencar subsídios para valer o termo “territórios tradicionais” como “espaços necessários à reprodução de cultura, social e econômica dos “povos tradicionais” sejam elas utilizadas temporariamente de forma permanente ou temporária”. Nos seus Artigos, 10¹, 20² e 30³.

Já no Maranhão existem cerca de 60 comunidades quilombolas tituladas pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) que no artigo 229 da Constituição do Estado do Maranhão, no Decreto n° 32.433, de 23 de novembro de 2016, Regulamenta a Lei Estadual n° 9.169, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Todas essas reivindicações de direitos pela terra e pelo território tiveram também mobilizações contrárias ao decreto 4887 como foi o caso do Partido da Frente Liberal- PFL em 2004 entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade- ADIN n° 3.239-/600- DF, e em 2007 os então partidos PMDB- SC e PSB- MS entraram com uma solicitação através de um Decreto Legislativo que cessasse o efeito da referida norma. Não podemos deixar de evidenciar também os conflitos enfrentados pelos quilombolas, onde muitas famílias são ameaçadas e até mesmo assassinadas.

Segundo relato do quilombola Ednaldo Padilha “Cabeça”, morador da comunidade

1. [...] Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais [...].
2. [...] Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais[...]
3. I - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; Ver tópico (104 documentos)

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e Ver tópico (9 documentos).

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

de Camaputua- Cajari- Maranhão, a relação com fazendeiros, posseiros não se dá de maneira cordial.

[...] Aqui foi um das grandes lutas nossas, por causa dos búfalos, eles viviam permanente dentro do Igarapé, o Igarapé quase todo tomado já não tinha espaço nem pra colocar mandioca, eles chegavam e bagunçavam toda a mandioca [...],

[...] A queima de casa foi em onze de maio de 2011. Foi o primeiro assassinato de Camaputua, dessa situação conflituosa interna [...].

[...] Essa situação de Camaputua, do território de Camaputua que é uma só, quando você vai ao Bacuri é a mesma coisa. Ladeira é a mesma coisa, são atores diferentes, o insulto de chamar “negro fedorento, preto beijudo”, dizer em praça publica que ia embora quando matasse três pretos que era Zé Raimundo, Maria Antônia e Cabeça [...].

[...] O irmão Lourenço que vivia na luta no dia que foi ameaçado, foi assassinado. Quero dizer a vocês sejam fortes, sejam firmes, vamos no Maranhão todo, porque isso vai evitar muitos problemas [...].

(PADILHA, 2015, p.87-96)

Podemos elencar uma série de outros fatores que geram conflitos nesse processo de regulamentação das terras quilombolas, que estão para além de uma simples disputa pela terra. Conforme explica Martins; Filho; Junior:

Atualmente, com o avanço do agronegócio, as estratégias empresariais incorporam aspectos que precisam ser considerados, tais como apropriação do discurso ambientalista, desmobilização dos grupos sociais através da cooptação de pessoas por meio de ofertas de trabalho ou mediadoras nas discussões sobre políticas compensatórias. Tais estratégias têm gerado conflitos críticos emergenciais com a constante expansão e invasão do mercado comercial e dos programas nacionais de desenvolvimento responsáveis pela implantação ou ampliação dos grandes projetos – ferrovias, linhas de transmissão, barragens, hidrelétricas, base espacial, madeireiras carvoarias, siderúrgicas, plantações de monoculturas, gasodutos, termo elétrica- que são executados com admissão e financiamento do Estado brasileiro, sobrepondo-se, ameaçando e impactando direta e indiretamente os territórios de povos e comunidades tradicionais. (MARTINS; FILHO; JUNIOR, 2013, p. 97).

A luta por todo esse processo de reivindicação e posse não deve ser determinada por aqueles que desejam manter essa história silenciada e negada. O sonho de manter as famílias unidas pela ancestralidade, pela cultura e até mesmo em situação social a qual foram obrigados a ser inseridos. A luta é constante e diária e deve ser repassada para os filhos e netos, sobre a luta constante de uma necessidade de autoafirmação enquanto uma identidade quilombola e enquanto negro.

4 | CONCLUSÃO

As lacunas pelos direitos territoriais continuam se alargando e as demandas e processo nos órgãos de representação se acumulando. Mesmo com todos esses desafios, as comunidades quilombolas resistem e permanecem organizadas, mobilizando-se pelo direito de permanecerem e terem a propriedade definitiva dos seus territórios, reconstruindo sua identidade étnica e reivindicando seus direitos. (MARTINS; FILHO; JUNIOR, 2013)

Os Quilombos no Brasil expressam uma luta identificada e definida num desdobrar cotidiano por uma vivência melhor, por respeito e dignidade. O respeito às pessoas e a seus direitos de optarem por viver onde desejarem respeitando a sua vida em qual esfera social esteja. Mesmo com todos esses desafios, as comunidades quilombolas resistem e permanecem organizadas, mobilizando-se pelo direito de permanecerem e terem a propriedade definitiva dos seus territórios, (re)construindo sua identidade étnica e reivindicando direitos. São grupos sociais com atuação determinante, dispostos a resistir incansavelmente, imbuídos da consciência de manter sua autonomia e legitimidade do poder mobilizador.

Avaliamos que é necessária uma maior atenção e respeito aos povos que reivindicam juntos aos órgãos públicos seus direitos territoriais, reconhecemos ainda ser indispensável um maior aprofundamento da temática na esfera política, dos direitos quilombolas assim como uma apresentação mais detalhada do desenvolvimento do que consideramos uma análise performativa do direito. E é também necessário que haja uma sensibilização, ligada aos desafios das demarcações dos territórios quilombolas marcados por muitos conflitos, bem como o respeito a diversidades de culturas, identidades, levando em consideração toda a narrativa dos agentes envolvidos.

As garantias desses direitos são sempre esbarradas na burocracia, na dificuldade de efetivação e na má vontade política do Estado. E isso traz grandes consequências levando muitas vezes os envolvidos a terem que lutar não só pelo território, mas também pela própria vida, os embates são constantes e traz um conjunto de implicação para quem busca essa reivindicação, como é o caso dessas famílias quilombolas, que vai desde a reivindicação contrária ao Decreto 4.887/2003, e a luta constante entre os donos dos territórios, grileiros e os grandes latifundiários que sempre querem mais e mais o espaço. pois é isso que representa para eles, somente um amontoado de terras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, poder Executivo http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp acesso 15/10/2019.

_____. Presidência da República, Casa Civil, LEI N° 601, de 18 de Setembro de 1850, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm acesso em 15/010/2019

_____, Presidência da República, Casa Civil, **DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm acessado em 15/10/2019

_____, **Presidência da República Decreto 6040/07 I Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**, <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94949/decreto-6040-07> acesso em 16/ 10/2019.

_____, **Ministério do Desenvolvimento Social**, <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014> Acesso 15/10/2019.

_____, Presidência da República, Casa Civil, **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm acesso em 02/11/2019

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, disponível em <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs> acessado em 15/11/2019.

INSTITUTO DE TERRAS DO MARANHÃO, disponível em <http://www.iterma.ma.gov.br/quilombos-titulados/> acessado em 12/11/2019.

MARTINS, Cynthia Carvalho; **FILHO**, Aniceto Cantanhede; **JUNIOR**, David Pereira, organizadores, **Insurreição de Saberes: tradição quilombola em contexto de mobilização** [ET al.]- Manaus, UEA Edições,2013.

MOURA, Clóvis, **Quilombos Resistência ao Escravismo**, 3ª Ed.1993.

MOURA, Glória, **Aprendizado nas comunidades quilombolas, currículo invisível**. In **BRAGA**, Maria L. de S; Sousa, Edileuza P. de Pinto, Ana F.M (orgs). Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade. Educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p.259-270.

MUNANGA, Kabengele, **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil**. In RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO Jorge Manuel; BARROS, Graciele Nascimento. (Orgs). Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretária de Educação e Mídia e Tecnologia, 2003.

O'DWYER, Eliane Catarino, **Terras de Quilombos: direitos territoriais em construção**, Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes, v.14, N1/2, jan/dez, 2008.

PADILHA, Ednaldo, **Resistencia e fé: o “Cabeça”, narrativas de um quilombola /org**. Dorival dos Santos. (Projeto Centro de Ciências de Saberes: Experiências de Criação de “Museus Vivos” na afirmação de Saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais)- Rio de Janeiro: casa 8/PPGCSPA-UEMA, 2015.

PEDROSA, L.A. C; **A Questão Agrária no Maranhão**, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adesismo 18
Apocalipse 183, 184, 185, 186, 187
Arquitetura Escolar 1, 5, 8, 16

B

Bailarino 156, 159, 161, 162, 163, 164, 165
Barão do Abiahy 18, 19
Brasil Colonial 166, 172
Brasil Império 18, 19

C

Cesare Brandi 267, 268, 278
Cinema 148, 159, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 251, 252, 275
Cristãos-novos 284
Cronologia 122, 146, 154, 155
Cultura Cigana no Brasil 133

D

Dança 141, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172
Descaracterização 279, 280, 281, 282
Desenvolvimento 1, 3, 4, 7, 9, 13, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 132, 139, 146, 152, 157, 158, 161, 164, 194, 197, 219, 222, 242, 243, 250, 251, 257, 259, 261, 263, 266, 289
Direitos 65, 81, 87, 92, 93, 95, 96, 97, 100, 101, 124, 130, 131, 144, 177, 178, 212, 227, 260
Disputas 21, 87, 180, 214, 263

E

Escolarização 1, 3, 4, 8, 9, 11, 15, 63, 65, 77, 78, 82, 133, 237
Experiência 13, 14, 35, 38, 45, 47, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 86, 90, 162, 172, 176, 184, 196, 205, 228, 268

F

Formação 4, 5, 16, 20, 21, 22, 27, 42, 43, 47, 48, 51, 52, 56, 60, 77, 81, 85, 86, 88, 90, 98, 109, 111, 112, 113, 117, 119, 144, 145, 147, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 174, 177,

197, 202, 213, 218, 230, 232, 237, 238, 241, 242, 243, 247, 252, 260, 271, 275

G

Gênero 29, 31, 33, 35, 98, 107, 118, 165, 185, 186, 187, 189, 191, 196, 201, 202, 211, 230

H

Hiroshima 70, 71, 74, 76

Honra 70, 74, 75, 177

I

Identidade 15, 29, 41, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 111, 135, 139, 140, 141, 156, 166, 168, 169, 170, 171, 176, 194, 195, 197, 201, 220, 226, 228, 242, 243, 245, 254, 280

Instituição Escolar 1, 11, 46, 47, 49, 50, 51

Intolerância 133, 134, 139, 142, 144, 269

J

Jean-Baptiste Debret 229, 230, 231, 232, 239, 240

Judaísmo 183, 188, 191

L

Lei do Ventre Livre 18, 20, 22, 24, 77, 79, 81, 82, 84, 85

Linguagem 34, 47, 165, 166, 169, 170, 197, 201, 203, 204, 206, 209, 214, 226, 228, 233, 234, 241, 268, 271, 273, 275, 276, 277

M

Mata Atlântica 255, 258, 265

Memória 11, 12, 13, 14, 15, 17, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 50, 65, 69, 97, 98, 146, 147, 150, 155, 156, 169, 176, 194, 207, 229, 230, 232, 238, 240, 278, 279, 280

Migração 134, 217, 218, 221, 223, 228

Milícia 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131

Movimentos Sociais 65, 118, 173, 180, 182

Mulher 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 136, 137, 141, 201, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 230, 287

N

Nagasaki 70

Negros 55, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 141, 170, 171, 231, 232, 258

P

Pensamento 19, 22, 23, 29, 31, 34, 41, 52, 54, 58, 64, 66, 68, 72, 86, 90, 98, 100, 141, 144, 174, 182, 186, 188, 198, 207, 210, 219, 228, 232, 269, 285

Peronismo 192, 193, 194, 195, 199, 200

Política 3, 9, 11, 12, 15, 18, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 48, 52, 56, 88, 93, 95, 99, 101, 112, 113, 119, 120, 128, 129, 130, 131, 139, 143, 151, 155, 161, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 180, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 208, 219, 225, 232, 234, 235, 243, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 265, 285

Produção 3, 5, 6, 8, 10, 16, 29, 31, 32, 33, 34, 39, 44, 49, 50, 54, 60, 65, 76, 99, 103, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 128, 134, 162, 163, 175, 184, 189, 190, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 220, 231, 232, 235, 253, 255, 256, 257, 271, 272

Profano 166, 168, 169, 170

Q

Quilombos 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96

S

Sacro 166, 169, 263

Santo Ofício 284, 285, 286, 289, 292

Segunda Guerra Mundial 42, 43, 45, 70, 143

Sertão 146, 147, 151, 152, 155, 219, 224, 226, 245, 281

Sociedade 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 31, 35, 36, 39, 44, 46, 47, 50, 52, 63, 65, 66, 70, 71, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 89, 91, 93, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 123, 128, 132, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 154, 155, 159, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 175, 177, 178, 181, 191, 194, 197, 203, 208, 209, 211, 213, 214, 217, 219, 222, 223, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 250, 263, 266, 273, 274, 275, 283, 287, 288, 292

T

Tempo 2, 3, 4, 9, 13, 14, 17, 20, 21, 25, 31, 34, 35, 36, 37, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 60, 61, 66, 68, 69, 72, 73, 74, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 98, 101, 103, 105, 106, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 123, 125, 126, 131, 132, 134, 136, 138, 141, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 167, 168, 170, 171, 173, 175, 183, 184, 185, 195, 199, 202, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 222, 227, 231, 233, 235, 242, 243, 249, 252, 258, 260, 265, 266, 268, 269, 270, 273, 274, 280, 281, 286

Territórios 37, 76, 87, 89, 93, 94, 95, 174, 182

Transformação 63, 99, 149, 169, 185, 195, 199, 243, 255

Turismo 119, 242, 246, 250, 251, 252, 253, 255, 262

U

Unidades de Conservação 255, 264

Urbanização 102, 143, 235, 242, 243, 250

V

Verdade histórica 28, 30, 37

Violência 9, 91, 97, 116, 121, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 141, 143, 150, 155, 194, 197, 199, 260, 265

Z

Zapatismo 173, 174

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes
Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes
Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História